

Direito das Obrigações

VOLUME I – INTRODUÇÃO
DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

2022 • 16ª Edição

Luís Manuel Teles de Menezes Leitão

Doutor e Agregado em Direito

Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa

Advogado e Jurisconsulto



ALMEDINA

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

AUTOR

Luís Manuel Teles de Menezes Leitão

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PENTAEDRO, LDA.

Janeiro, 2022

DEPÓSITO LEGAL

493623/21

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

LEITÃO, Luís Menezes, 1963-

Direito das obrigações. – 16ª ed. – v. – (Manuais universitários)

V. 1: Introdução da constituição das obrigações. – p. –

ISBN 978-989-40-0196-6

CDU 347

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

SECÇÃO I: O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E A DEFINIÇÃO LEGAL DE OBRIGAÇÃO	11
1. A definição de obrigação	11
2. Objecto e características do Direito das Obrigações	13
SECÇÃO II: PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	19
1. O princípio da autonomia privada	19
1.1. A autonomia privada e o negócio jurídico	19
1.2. A liberdade contratual e os seus conteúdos	21
1.3. Restrições à liberdade contratual	23
1.3.1. Generalidades	23
1.3.2. Restrições à liberdade de celebração	25
1.3.3. Restrições à liberdade de estipulação. Contratos submetidos a um regime imperativo, cláusulas contratuais gerais e contratos pré-formulados	27
2. O princípio do ressarcimento dos danos	49
3. O princípio da restituição do enriquecimento injustificado	52
4. O princípio da boa fé	53
5. O princípio da responsabilidade patrimonial	57
SECÇÃO III: CONCEITO E ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO	65
1. Generalidades	65
2. As teorias personalistas	66
2.1. O crédito como um direito sobre a pessoa do devedor	66
2.2. O crédito como um direito à prestação (teoria clássica)	68

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

3. As teorias realistas	69
3.1. O crédito como um direito sobre os bens do devedor	69
3.2. O crédito como relação entre patrimónios	73
3.3. O crédito como um direito à transmissão dos bens do devedor	74
3.4. O crédito como expectativa da prestação, acrescida de um direito real de garantia sobre o património do devedor	77
4. As teorias mistas	78
5. As doutrinas sustentando a complexidade do vínculo obrigacional	83
5.1. A obrigação como organismo, como estrutura e como processo	83
6. Posição adoptada	86

SECÇÃO V: CARACTERÍSTICAS DA OBRIGAÇÃO	89
1. Generalidades	89
2. A patrimonialidade	89
3. A mediação ou colaboração devida	92
4. A relatividade	93
5. A autonomia	97
6. Conclusão	99

SECÇÃO V: DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS DE CRÉDITO E DIREITOS REAIS	101
1. A distinção entre direitos de crédito e direitos reais	101
2. A questão dos direitos pessoais de gozo	104

SECÇÃO VII: OBJECTO DA OBRIGAÇÃO: A PRESTAÇÃO	111
1. Delimitação do conceito de prestação	111
2. Requisitos legais da prestação	112
2.1. Generalidades	112
2.2. Possibilidade física e legal	113
2.3. Licitude	114
2.4. Determinabilidade	115
2.5. Não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes	116

SECÇÃO VIII: A COMPLEXIDADE INTRA-OBRIGACIONAL E OS DEVERES ACESSÓRIOS DE CONDUTA	119
---	-----

SECÇÃO IX: MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES	123
1. As obrigações naturais. Problemática da sua inserção no conceito de obrigação	123
2. Classificação das obrigações em função dos tipos de prestações	128

2.1. Generalidades	128
2.2. Prestações de coisa e prestações de facto	128
2.3. Prestações fungíveis e prestações infungíveis	131
2.4. Prestações instantâneas e prestações duradouras	133
2.5. Prestações de resultado e prestações de meios	137
2.6. Prestações determinadas e prestações indeterminadas	138
2.6.1. Generalidades	138
2.6.2. As obrigações genéricas	140
2.6.3. As obrigações alternativas. Distinção das obrigações com faculdade alternativa	146
2.7. As obrigações pecuniárias	150
2.7.1. Generalidades	150
2.7.2. Obrigações de quantidade	152
2.7.3. Obrigações em moeda específica	155
2.7.4. Obrigações em moeda estrangeira	156
2.8. Obrigações de juros	157
3. Indeterminação e pluralidade de partes na relação obrigacional	161
3.1. A indeterminação do credor na relação obrigacional	161
3.2. A pluralidade de partes na relação obrigacional	162
3.2.1. Generalidades	162
3.2.2. As obrigações conjuntas ou parciárias	163
3.2.3. As obrigações solidárias	164
3.2.3.1. Generalidades	164
3.2.3.2. O regime da solidariedade passiva	166
3.2.3.3. O regime da solidariedade activa	168
3.2.4. As obrigações plurais indivisíveis	170
3.2.5. Outras modalidades de obrigações plurais	172

PARTE I DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I: CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DAS OBRIGAÇÕES	175
1. As diversas classificações de fontes das obrigações	175
2. Posição adoptada	178
 SECÇÃO 2: FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA	 183
1. O contrato	183
1.1. Generalidades	183
1.2. Modalidades de contratos	185

1.2.1.	Classificação dos contratos quanto à forma	185
1.2.2.	Classificação dos contratos quanto ao modo de formação	187
1.2.3.	Classificação dos contratos quanto aos efeitos	190
1.2.3.1.	Contratos obrigacionais e reais	190
1.2.3.2.	A cláusula de reserva de propriedade	194
1.2.4.	Classificação dos contratos entre sinalagmáticos e não sinalagmáticos	198
1.2.5.	Classificação dos contratos entre onerosos e gratuitos	201
1.2.6.	Classificação dos contratos entre comutativos e aleatórios	202
1.2.7.	Contratos nominados e inominados. Contratos típicos e atípicos	203
1.2.8.	Contratos mistos	204
1.2.9.	A união de contratos	209
1.3.	Os contratos preliminares	210
1.3.1.	Generalidades. Distinção entre contratos preliminares e contratação mitigada	210
1.3.2.	O contrato-promessa	212
1.3.2.1.	Noção e regime aplicável. O princípio da equiparação	212
1.3.2.2.	Modalidades de contrato-promessa	214
1.3.2.3.	Forma do contrato-promessa	215
1.3.2.4.	Transmissão dos direitos e obrigações emergentes do contrato-promessa	221
1.3.2.5.	A execução específica	222
1.3.2.6.	Articulação com o regime do sinal	226
1.3.2.7.	A atribuição do direito de retenção ao promitente que obteve a tradição da coisa	240
1.3.2.8.	A eficácia real do contrato-promessa	243
1.3.3.	Pacto de preferência	245
1.3.3.1.	Noção e qualificação jurídica	245
1.3.3.2.	Forma do pacto de preferência	246
1.3.3.3.	Os direitos de preferência com eficácia real	246
1.3.3.4.	A obrigação de preferência	247
1.3.3.5.	A violação da obrigação de preferência	253
1.3.3.6.	A natureza da obrigação de preferência	259
1.4.	O conteúdo dos contratos	260
1.4.1.	Contrato a favor de terceiro	260
1.4.1.1.	Definição e estrutura do contrato a favor de terceiro	260
1.4.1.2.	Modalidades de contrato a favor de terceiro	262
1.4.1.3.	O regime normal do contrato a favor de terceiro	262
1.4.1.4.	Regimes especiais	265
1.4.2.	O contrato para pessoa a nomear	267

1.4.2.1. Noção e regime	267
1.4.2.2. Natureza jurídica	269
2. Negócios unilaterais	270
2.1. O problema da eficácia dos negócios unilaterais	270
2.2. Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida	273
2.3. Promessa pública	275
2.4. Concurso público	276
SECÇÃO 3: FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DO RESSARCIMENTO DOS DANOS	277
1. A responsabilidade civil como fonte das obrigações. Classificações da responsabilidade civil	277
2. A responsabilidade civil por factos ilícitos	281
2.1. A responsabilidade delitual	281
2.1.1. Pressupostos genéricos da responsabilidade delitual	281
2.1.1.1. O facto voluntário do lesante	281
2.1.1.2. A ilicitude	283
2.1.1.3. A culpa	307
2.1.1.4. O dano	327
2.1.1.5. O nexo de causalidade entre o facto e o dano	341
2.2. A responsabilidade obrigacional	348
2.3. A “terceira via” na responsabilidade civil	350
2.3.1. A admissão de uma terceira via na responsabilidade civil	350
2.3.2. A responsabilidade pré-contratual.	353
2.3.3. <i>A culpa post pactum finitum</i>	360
2.3.4. O contrato com eficácia de protecção para terceiros	361
2.3.5. A relação corrente de negócios	362
3. A responsabilidade pelo risco	363
3.1. O fundamento da imputação pelo risco	363
3.2. Casos de responsabilidade pelo risco	364
3.2.1. A responsabilidade do comitente	364
3.2.2. A responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas	369
3.2.3. Danos causados por animais	370
3.2.4. Danos causados por veículos	371
3.2.4.1. Danos causados por veículos de circulação terrestre	371
3.2.4.2. Danos causados por outros veículos	384
3.2.5. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia eléctrica ou de gás	389
3.2.6. A responsabilidade do produtor	391

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

4. A responsabilidade pelo sacrifício	397
5. A obrigação de indemnização	399
5.1. Generalidades	399
5.2. Formas de indemnização	400
5.3. <i>Compensatio lucri cum damno</i> e cessão dos direitos do lesado	403
5.4. Titularidade do direito de indemnização	403
5.5. Prescrição da obrigação de indemnização	405

SECÇÃO 4: FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DA RESTITUIÇÃO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO

1. O enriquecimento sem causa como fonte das obrigações	407
2. Configuração dogmática do instituto	409
3. Modalidades de enriquecimento sem causa	419
3.1. O enriquecimento por prestação	419
3.1.1. Conceito e modalidades típicas	419
3.1.2. A repetição do indevido	421
3.1.3. A restituição da prestação por posterior desaparecimento da causa	424
3.1.4. A restituição da prestação por não verificação do efeito pretendido	425
3.1.5. O problema das atribuições patrimoniais indirectas	427
3.2. O enriquecimento por intervenção	428
3.2.1. Conceito e situações abrangidas	428
3.2.2. Configuração dogmática	433
3.3. O enriquecimento resultante de despesas efectuadas por outrem	437
3.3.1. Generalidades	437
3.3.1. O enriquecimento por incremento de valor de coisas alheias	438
3.3.2. O enriquecimento por pagamento de dívidas alheias	439
3.3.2. A necessidade de tutela do enriquecido contra a imposição do enriquecimento	442
3.4. O enriquecimento por desconsideração de património	445
4. Pressupostos genéricos do enriquecimento sem causa	446
4.1. Generalidades	446
4.2. O enriquecimento	446
4.3. A obtenção do enriquecimento à custa de outrem	450
4.4. A ausência de causa justificativa	455
5. A obrigação de restituição por enriquecimento sem causa	458
5.1. Objecto da obrigação de restituição	458
5.1.1. Concepção real e concepção patrimonial da restituição	458
5.1.2. Posição adoptada	462

5.2. Agravamento da obrigação de restituir	473
5.3. Transmissão da obrigação de restituir	477
5.4. Prescrição do direito à restituição	479
SECÇÃO V: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS DE FONTES DE OBRIGAÇÕES NÃO BASEADAS EM PRINCÍPIOS GERAIS	481
1. Generalidades	481
2. A gestão de negócios	481
2.1. Conceito e função da gestão de negócios	481
2.2. Pressupostos da gestão de negócios	483
2.2.1. Análise geral	483
2.2.2. A assunção da direcção de negócio alheio	483
2.2.3. A exigência de que a gestão se faça no interesse e por conta do <i>dominus</i>	485
2.2.4. A falta de autorização	487
2.3. Deveres do gestor para com o dono do negócio	487
2.4. A responsabilidade do gestor	491
2.5. Deveres do dono do negócio para com o gestor	492
2.6. A aprovação da gestão	493
2.7. Posição do dono do negócio em face de terceiros	493
2.7.1. Generalidades	493
2.7.2. A gestão de negócios representativa	494
2.7.3. A gestão de negócios não representativa	495
2.8. A gestão de negócios alheios julgados próprios e a gestão de negócios imprópria	496
3. Relações contratuais de facto	498
3.1. Conceito e modalidades	498
3.2. Apreciação da necessidade de autonomização dogmática desta categoria	504
4. Outras situações de facto	506
BIBLIOGRAFIA	509